

Termomacaé S.A.

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Balço Patrimonial.....	11
Demonstraço do Resultado	12
Demonstraço dos Resultados Abrangentes.....	13
Demonstraço das Mutaçoões do Patrimônio Líquido	14
Demonstraço dos Fluxos de Caixa	15
Demonstraço do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas	17
1. A companhia e suas operaçoões	17
2. Base de elaboraçoão e apresentaçoão das demonstraçoões financeiras	18
3. Sumário das principais prácticas contábeis	19
4. Estimativas e julgamentos relevantes	20
5. Novas normas e interpretaçoões.....	22
6. Contas a receber.....	23
7. Imobilizado	24
8. Partes relacionadas.....	25
9. Tributos.....	27
10. Compromissos contratuais	30
11. Benefícios concedidos a empregados	31
12. Patrimônio líquido	33
13. Receita de arrendamento.....	34
14. Outras receitas (despesas), líquidas	35
15. Custos e Despesas por natureza.....	35
16. Resultado financeiro líquido.....	36
17. Informaçoões complementares à demonstraçoão do fluxo de caixa	36
18. Processos judiciais e contingências	36
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	40
Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva	43

Relatório da Administração 2019

À
Assembleia de Acionistas
Termomacaé S.A.
Macaé - RJ

Cumprindo preceitos legais e disposições do Contrato Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. do exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Termomacaé é proprietária da Usina Termelétrica Termomacaé (antiga UTE Mário Lago – UTE MLG), com capacidade nominal instalada de 923 MW de energia elétrica, localizada no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 01/10/2007, a UTE Termomacaé foi arrendada à Petrobras, mediante Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 3 anos, condicionado ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas, a transferência da autorização de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE.

Por força do Contrato de Locação da UTE Termomacaé para a Petrobras, em 16/10/2007, a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 1.079, transferindo o PIE da Termomacaé para a Petrobras, tornando-se a proprietária da energia elétrica gerada pela referida UTE, tendo sido a Termomacaé S.A. contratada, pela Petrobras, para operar e manter o ativo, através de um Contrato de Operação e Manutenção (O&M).

Em 01/11/2010, a Termomacaé S.A. e a Petrobras assinaram o Aditivo ao Contrato de Locação e Outras Avenças, bem como o Aditivo ao Contrato de O&M. Em 31/10/2012, a Termomacaé e a Petrobras firmaram novos Aditivos aos Contratos de Locação e de O&M, prorrogando o prazo dos mesmos por mais 1.095 dias corridos.

A partir de 14/12/2015, a Termomacaé S.A. e a Petrobras decidiram pelo o arrendamento da UTE Termomacaé e assinaram um novo Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 2 anos.

Em mar/2017, a Administração da Sociedade iniciou negociações com a Petrobras com vista à celebração de um novo Contrato de Locação para a UTE Termomacaé, que, com base na utilização de Laudo de Avaliação independente, culminou na celebração de novo Contrato de Locação, em dezembro de 2017, em novas bases financeiras, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2019.

Em dez/2019, foi celebrado novo Contrato de Locação com base no Laudo de Avaliação externa independente, refletindo as condições atuais de mercado, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2021.

Em atendimento ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, o Estatuto Social da Termomacaé S.A. sofreu alteração após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18/12/2019.

ASPECTOS COMERCIAIS

Toda a energia elétrica produzida pela UTE Termomacaé é comercializada pela Petrobras. A energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional – SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

O efeito positivo não recorrente da reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, compensado parcialmente pelo(a) i) baixa de créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis; ii) menor receita com recebíveis de ativo financeiro e iii) ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais, em função da quitação de dívidas processuais, contribuíram para a geração do Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil em 2019, ante lucro de R\$ 73.709 mil auferido em 2018. Excluindo esses efeitos, o Lucro do Exercício de 2019 teria sido na ordem de R\$ 69.126 mil, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado 2019

DRE (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ %
Receita de vendas e serviços	135.978	134.826	1.152	1%
Custo dos serviços prestados	(30.152)	(30.152)	-	0%
Resultado bruto	105.826	104.674	1.152	1%
Gerais e Administrativas	(9.595)	(7.964)	(1.631)	20%
Tributárias	(4.643)	(882)	(3.761)	426%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	88.341	(11.369)	99.710	(877%)
Receitas (Despesas) operacionais	74.103	(20.215)	94.318	(467%)
Lucro antes do result. Financ. e impostos	179.929	84.459	95.470	113%
Resultado financeiro líquido	7.407	15.982	(8.575)	(54%)
Resultado antes dos impostos	187.336	100.441	86.895	87%
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)	(1.238)	5%
Resultado líquido	159.366	73.709	85.657	116%

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2019.

Lucro Bruto

Destaca-se que em dez/2019 foi assinado novo contrato de locação, passando o valor da locação mensal de R\$ 12,3 milhões para R\$ 6,5 milhões (queda de 47%).

O resultado bruto encerrou o exercício de 2019 em R\$ 105.826 mil, alta de 1% em comparação ao resultado de R\$ 104.674 mil auferido em 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram elevação de 20% em 2019 ao registrar o valor de R\$ 9.595 mil no encerramento do exercício frente a R\$ 7.964 mil auferido em 2018. O aumento das Despesas Gerais e Administrativas ocorreu em função, essencialmente, do retorno de parte dos empregados cedidos à Petrobras, reduzindo a parcela do gasto reembolsado.

Despesas Tributárias

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis, no montante de R\$ 3.294 mil.

Outras Receitas (Despesas)

Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível. Com isso, as Outras Receitas (Despesas) passaram de saldo negativo de R\$ 11.369 mil em 2018 para valor positivo de R\$ 88.341 mil em 2019

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi de R\$ 7.407 mil em 2019 (R\$ 15.982 mil em 2018). Essa redução de cerca de 54% se deve, principalmente, a menor receita com recebíveis de ativo financeiro face à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais. Além disso, o Resultado Financeiro foi prejudicado pelo ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais em função da quitação de dívidas processuais em 2019.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2018, a Termomacaé S.A. apresentava prejuízo acumulado de R\$ 574.123 mil, a proposta de Destinação de Resultado 2019 apresentada pelos Administradores da Companhia, na Tabela 2 a seguir, será destinar o Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil para absorver Prejuízos Acumulados, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 2 – Proposta de Destinação de Resultado 2019

Proposta de Destinação do Resultado (em R\$)	2019
Prejuízos Acumulados	574.122.823,92
Absorção:	
Lucro do Exercício	159.364.711,91
Prejuízo Remanescente	414.758.112,01

METAS E INDICADORES

A reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, contribuiu para o atingimento das Metas 2019, conforme apresentado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Metas 2019

Indicadores	Meta 2019	Resultado Realizado	Resultado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	134.600	210.137	119.897
IRENT (%)	16,9%	30,9%	13,4%
TAR	0	0	0

Legenda

EBITDA = (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

IRENT = (Lucro Líquido / Ativo Total)

TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

Memória de Cálculo	Resultado Realizado	ajuste	Resultado Ajustado
a) Lucro Líquido	159.366	-90.240	69.126
b) Ativo Total	516.087	0	516.087
IRENT = (a / b)	30,9%		13,4%
c) Lucro Operacional	179.929	-90.240	89.689
d) Depreciação e amortização	30.208	0	30.208
EBITDA = (c + d)	210.137		119.897

Com a eliminação do efeito não recorrente da reversão da arbitragem o EBITDA e o IRENT alcançaram, respectivamente, 89% e 79% das metas estabelecidas.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Em atendimento a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, a Termomacaé S.A. reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela *holding* Petrobras ao longo de 2019.



TERMOMACAÉ

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras), os Projetos Socioambientais da Usina Termomacaé, que se encontra arrendada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Macaé - RJ, 19 de fevereiro de 2020.

Wellington Gomes Lucas
Diretor Presidente

Aline Dias Leonardi
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Termomacaé S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		1.516	2.336
Contas a receber, líquidas	6	15.446	20.098	Imposto de renda e contribuição social	9.1	8.434	6.891
Contas a receber - FIDC	6.2	244.899	135.222	Impostos e contribuições	9.1	987	6.711
Imposto de renda e contribuição social	9.1	-	1.328	Salários, férias, encargos e participações		7.087	6.628
Impostos e contribuições	9.1	6.491	8.758	Compromissos contratuais	10	4.018	4.018
		<u>266.837</u>	<u>165.407</u>			<u>22.042</u>	<u>26.584</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	30.991	37.236
Depósitos judiciais	18.2	7.078	17.129	Plano de pensão	11	8.938	3.796
Impostos e contribuições	9.1	29.220	29.977	Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	35.406	124.222
		<u>36.298</u>	<u>47.106</u>			<u>75.335</u>	<u>165.254</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
	7	212.952	243.163	Capital social realizado	12.1	837.635	837.635
		<u>212.952</u>	<u>243.163</u>	Prejuízos acumulados		(414.756)	(574.122)
				Outros resultados abrangentes		(4.169)	325
						<u>418.710</u>	<u>263.838</u>
Total do ativo		516.087	455.676	Total do passivo		516.087	455.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita de arrendamento	13	135.978	134.826
Custo do arrendamento	15.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		105.826	104.674
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	15.2	(9.595)	(7.964)
Tributárias	9.1	(4.643)	(882)
Outras receitas (despesas), líquidas	14	88.341	(11.369)
		74.103	(20.215)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		179.929	84.459
Resultado financeiro líquido	16	7.407	15.982
Receitas financeiras		10.259	14.248
Despesas financeiras		(94)	(149)
Variações monetárias, líquidas		(2.758)	1.883
Lucro antes dos impostos		187.336	100.441
Imposto de renda e contribuição social	9.3	(27.970)	(26.732)
Lucro do exercício		159.366	73.709
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	0,19	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro do exercício	159.366	73.709
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	(4.494)	(583)
Imposto diferido		198
	(4.494)	(385)
Resultado abrangente total	154.872	73.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	634.015	710	(647.831)	(13.106)
Aumento de capital	203.620			203.620
Lucro do exercício			73.709	73.709
Outros resultados abrangentes		(385)		(385)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	837.635	325	(574.122)	263.838
Saldos em 31 de dezembro de 2018	837.635	325	(574.122)	263.838
Lucro do exercício			159.366	159.366
Outros resultados abrangentes		(4.494)		(4.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	837.635	(4.169)	(414.756)	418.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	159.366	73.709
Ajustes para:		
Despesa atuarial de plano de pensão	648	504
Depreciação e amortização	30.208	30.211
Perdas na recuperação de ativos	3	-
Variações monetárias e encargos financeiros	2.758	(1.760)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(10.258)	(14.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(6.245)	(9.209)
Provisão/(Reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	(88.816)	10.928
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	4.652	(8.090)
Depósitos judiciais	6.296	(10)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(820)	399
Impostos e contribuições	25.941	(462.273)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.773)	(20.990)
Outros passivos	459	2.446
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	99.419	(398.356)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates (aplicações) de recebíveis de ativos financeiros	(99.419)	221.074
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	(99.419)	221.074
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	203.620
Dividendos pagos a acionistas	-	(26.350)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	-	177.270
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	(12)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	13
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	149.985	148.717
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	84.949	(14.613)
Valor adicionado bruto	234.934	134.104
Depreciação e amortização	(30.208)	(30.211)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	204.726	103.893
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variação cambial e monetária	10.260	16.131
Valor adicionado a distribuir	214.986	120.024
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	(1.833)	(6.971)
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	3.623	2.080
Benefícios	1.790	(4.891)
Plano de aposentadoria e pensão	2.441	2.361
FGTS	2.009	1.663
Tributos	4.450	4.024
Federais	46.518	47.023
Estaduais	9	10
	46.527	47.033
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variação cambial e monetária	2.853	149
Quotistas		
Lucros retidos	159.366	73.709
	159.366	73.709
Valor adicionado distribuído	214.986	120.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia termelétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV), ambas localizadas nas Ilhas Cayman, alienaram a totalidade de suas quotas para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras").

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

Em 14 de dezembro de 2015 e em 13 de dezembro de 2017, foram celebrados contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, ambos por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações.

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios, foi aprovada a transformação societária da Termomacaé Ltda para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada de Termomacaé S.A.

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado novo contrato da UTE Termomacaé com a Petrobras, com condições econômicas atualizadas, que tem vencimento em 11 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

O contrato de aluguel da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram verificadas as situações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.1. Destaques do exercício

1.1.1. Contrato de arrendamento

O valor das parcelas mensais do novo contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, celebrado em 12 de dezembro de 2019, sofreu uma redução de 49,22% em relação ao valor que vinha sendo recebido com base no contrato anterior. O novo valor da parcela mensal do contrato é de R\$ 6.501, corrigidos anualmente com base na variação do IPCA, foi definido com base em análise efetuada por uma empresa de consultoria externa independente e foi elaborado considerando as condições atuais de mercado e um custo médio ponderado de capital (taxa WACC) de 11% para o locador (Termomacaé).

1.1.2. Provisão para contingências

Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240 (Nota explicativa 18).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Os sumários das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentados nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. A adoção desses normativos não trouxe impactos nas Demonstrações Financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

- 6. Contas a receber
- 7. Imobilizado
- 9. Tributos
- 11. Benefícios Concedidos a empregados
- 12. Patrimônio Líquido
- 13. Receita de arrendamento
- 19. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente são aprovadas pela Administração. A movimentação dos tributos diferidos é apresentada na nota explicativa 9.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas normas e interpretações

Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS - International Financial Reporting Standards, tal como emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board. A seguir são apresentados os normativos contábeis emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2019.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Definição de um negócio - Alterações ao CPC 15</i>	Estabelece novo requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito do CPC 15 – Combinação de Negócios ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
<i>Definição de materialidade - Emendas ao CPC 26 e CPC 23.</i>	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.

Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	2019	2018
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	15.434	20.073
Terceiros	26	39
	15.460	20.112
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(14)	(14)
	15.446	20.098

6.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE Termomacaé, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 10.232 (R\$ 12.811 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a medição de dezembro de 2019 sendo parte pelo do contrato anterior válido até 12 de dezembro de 2019 e parte pelo novo contrato celebrado (nota explicativa 1.1.1).

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2019.

6.2. Contas a receber – FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP com a adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da Usina Termoelétrica foi classificado como arrendamento mercantil operacional.

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Imobilizado

7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.480	125	268.769	273.374
Depreciação		(48)	(30.163)	(30.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Custo	4.480	2.205	1.283.654	1.290.339
Depreciação acumulada		(2.128)	(1.045.048)	(1.047.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Depreciação		(45)	(30.163)	(30.208)
Baixas - custo		(28)	-	(28)
Baixas - depreciação		25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Custo	4.480	2.177	1.283.654	1.290.311
Depreciação acumulada		(2.148)	(1.075.211)	(1.077.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas de edificações e benfeitorias (de 25 a 50 anos) e de equipamentos e outros bens (de 5 a 10 anos).

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Essa política orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento	10.232	12.811
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido	4.816	6.877
Outros créditos	386	385
	15.434	20.073
Passivo		
Circulante		
Fornecedores, CCCD - Petrobras	166	860
Fornecedores, Outras Obrigações - Petrobras	1.065	689
	1.231	1.549
Resultado		
Receita de arrendamento (Nota explicativa 13)	149.838	148.568
Compartilhamento de gastos com a controladora	(1.008)	1.124
	148.830	149.692

8.2. Remuneração dos administradores

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacaé S.A.

9. Tributos

9.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	1.328	3.638	2.025
Contribuição social	-	-	4.796	4.866
No país	-	1.328	8.434	6.891

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS	-	2.520	-	-	417	-
INSS (i)	-	-	29.220	29.977	-	-
Imposto de renda retido na fonte (ii)	6.491	6.238	-	-	-	-
Outros impostos (iii)	-	-	-	-	570	6.711
	6.491	8.758	29.220	29.977	987	6.711

(i) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço. A parcela de R\$ 29.220 do ativo não circulante (R\$ 29.977 em 31 de dezembro de 2018) foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(ii) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016.

(iii) A variação ocorrida no período decorre, substancialmente, do PIS e da COFINS vinculados ao Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS, que a companhia aderiu em dezembro de 2013, aproveitando-se dos benefícios advindos das Leis nºs. 11.941/09 e 12.249/10, cujos prazos foram reabertos pela Lei nº 12.865/13, compensados em junho de 2019 conforme detalhado na nota explicativa 18.2.

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis, no montante de R\$ 3.294. Essa baixa provocou uma elevação das despesas tributárias em 2019 quando comparado a 2018.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Prejuízos fiscais	Diferença depreciação vida útil	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	21.253	(68.806)	(2.403)	(49.956)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.947)	13.378	(222)	9.209
Aquisição de prejuízo fiscal	3.313	-	198	3.511
Em 31 de dezembro de 2018	20.619	(55.428)	(2.427)	(37.236)
Reconhecido no resultado do período	(7.337)	13.415	167	6.245
Em 31 de dezembro de 2019	13.282	(42.013)	(2.260)	(30.991)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2020	2.230	7.378
2021	2.230	7.379
2022	2.230	7.379
2023	2.230	7.379
2024	2.231	7.379
2025	2.231	7.379
Parcela registrada contabilmente	13.382	44.273
Parcela não registrada contabilmente	52.493	0
Total	65.875	44.273

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 148.094. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R\$ 13.282, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

A Administração da companhia monitorará a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do novo contrato de aluguel, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	187.336	100.441
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(63.694)	(34.150)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(4.524)	(4.512)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	25.665	(13.431)
Prejuízo Fiscal	14.583	25.361
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.245	9.209
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.215)	(35.941)
	(27.970)	(26.732)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15%	27%

A redução da alíquota efetiva entre os dois períodos ocorreu, essencialmente, pelo efeito da reversão de provisão para contingências, comentada na nota explicativa 18.1 item (i).

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativo tendo como base lucro tributável futuro pela inexistência de estudo técnico aprovado por sua Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10. Compromissos contratuais

10.1. Condicionantes ambientais – Licença de operação – LO Nº IN 003002

Apesar da UTE Termomacaé encontrar-se alugada à Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacaé).

A última renovação da LO ocorreu em 26 de outubro de 2010, tendo sido fixado pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente as seguintes condicionantes ambientais, que se encontram em andamento:

a) Condicionante Nº 13 – Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases — O₂, NO_x e CO —, enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;

b) Condicionante Nº 32 – Apresentar semestralmente ao INEA relatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

- Após entendimentos entre a Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação, além de atender a condicionante 32 da LO Nº IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.
- Esta área de Reflorestamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA Nº IN033351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental nº 32, vinculadas à LO, no montante de R\$ 3.328 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são de responsabilidade da Termomacaé.

Em decorrência do Contrato de Locação firmado entre a Termomacaé e a Petrobras, a Condicionante Ambiental nº 13, vinculada à operação da UTE Termomacaé, é de responsabilidade da Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (L I) da Termomacaé, a companhia possui compromisso de Compensação Ambiental relacionado ao investimento efetuado na construção da UTE Termomacaé.

As obrigações existentes relativas à Compensação Ambiental são no montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Política contábil

Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental, em função das emissões de gases. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

11. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	8.938	3.796

11.1. Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2019, a contribuição da Empresa para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.321 (R\$ 1.856 em 2018).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2020 são de R\$ 1.807, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2019 é de 44,28 anos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.2. Participação nos lucros ou resultados

O novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

O atual modelo substituiu os demais benefícios relativos à remuneração variável, provisionados e pagos pela companhia, relativos ao exercício 2018, como Participação nos lucros ou resultado – PLR (R\$2.048 em 2018).

No exercício de 2019, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$2.500 de PPP.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 837.635, está representado por 837.635.422 ações, com valor nominal de R\$ 1,00.

12.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo utilizada em 2017 para absorver parcialmente o prejuízo do exercício, conforme determina o parágrafo único do artigo 189, da Lei 6.404/76.

12.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Contrato Social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.4. Lucro do exercício

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou lucro de R\$ 159.366, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados, assim como ocorrido com o lucro apurado em 2018 no montante de R\$ 73.709.

12.5. Resultado por ação

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas	159.366	73.709
Quantidade de ações	837.635.422	837.635.422
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,19	0,10

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

13. Receita de arrendamento

	2019	2018
Receita bruta de arrendamento	149.838	148.568
Encargos sobre arrendamento	(13.860)	(13.742)
	135.978	134.826

Política contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, rendimentos de recebíveis de ativos financeiros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

14. Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reembolso de pessoal cedido	3.159	1.491
Reversão/(Perdas) com processos judiciais e administrativos (i)	88.658	(10.928)
Participação nos lucros e resultados	(3.623)	(2.080)
Outros	147	148
	<u>88.341</u>	<u>(11.369)</u>

- (i) A variação positiva ocorrida no exercício decorre, essencialmente, da reversão da provisão para perdas com processo judicial cível, conforme detalhado na nota explicativa 18.1.

15. Custos e Despesas por natureza

15.1. Custo do arrendamento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

15.2. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gastos com pessoal	(7.317)	(5.522)
Depreciação e amortização	(56)	(60)
Serviços, aluguéis e outros	(1.394)	(1.275)
Outras	(828)	(1.108)
Total	(9.595)	(7.965)

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas Financeiras	10.259	14.248
Receita com recebíveis de ativos financeiros (i)	10.259	14.221
Outros	-	27
Despesas Financeiras	(94)	(149)
Juros de mora	(61)	(146)
Tarifas bancárias	(37)	-
Outros	4	(3)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(2.758)	1.883
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	997	1.229
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)	(3.755)	654
Total	7.407	15.982

- (i) Menor receita com recebíveis de ativo financeiro, devido, essencialmente, à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais.
- (ii) Ajuste de atualização monetária dos depósitos judiciais em função da quitação de dívidas, conforme comentado na nota explicativa 18.2.

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	5.674	14.405

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos judiciais provisionados

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No período de janeiro a dezembro de 2019, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram pela reversão de estimativa de perda em processo judicial provisionado em 31 de dezembro de 2018 e pela atualização monetária dos processos provisionados, conforme apresentado a seguir:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005;
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e
- Processos cíveis, destacando-se: pleito sobre rescisão de contrato de construção de módulos da planta termoelétrica.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2019	2018
Passivo não circulante		
Processos fiscais	19.328	18.828
Processos trabalhistas	1.344	427
Processos cíveis (i)	14.734	104.967
	35.406	124.222
Saldo inicial	124.222	113.294
Adições (Baixas), líquidas	(88.816)	10.928
Saldo final	35.406	124.222

- (i) Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível (Nota explicativa 18.3).

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2019	2018
Ativo não circulante		
Trabalhistas	10	10
Fiscais	7.068	17.122
Outros	-	(3)
	7.078	17.129

A variação no período, decorre basicamente, da baixa de depósitos pela utilização na quitação de parcelamentos junto à Receita Federal. O saldo a recuperar, acrescido de juros e atualização monetária somavam, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.078 (R\$ 17.129 em 31 de dezembro de 2018). A redução de R\$ 10.051 nos depósitos judiciais pode ser explicado, essencialmente pela: redução de R\$ 6.145 no passivo a pagar de REFIS (nota explicativa 9.1); efeito negativo no resultado de R\$ 3.755 de ajuste de atualização monetária (nota explicativa 16) e R\$ 156 de perda com ações fiscais.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2019	2018
Cíveis	55.226	-
Fiscais	62.072	60.616
Trabalhistas	7.385	8.216
	124.683	68.832

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	31.12.2019	31.12.2018
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal em Macaé	58.220	57.109
2) Processos diversos de natureza fiscal	3.852	3.507
Total de processos de natureza fiscal	62.072	60.616

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	31.12.2019	31.12.2018
Autores diversos		
1) Concessão de Adicionais e Horas extras.		
Situação atual: Pagamento de AHRA. Aguardando julgamento de AIRR. (i)	-	6.108
1) Processos diversos de natureza trabalhista	7.385	2.108
Total de processos de natureza trabalhista	7.385	8.216

(i) AHRA - Adicional de Hora de Repouso e Alimentação; AIRR - Agravo de Instrumento

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	31.12.2019	31.12.2018
Autor: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES (Nota explicativa 18.1)		
1) Ação ordinária de cancelamento de protesto de duplicadas emitidas pela Ré sem comprovação de prestação dos serviços alegados.		
Situação atual: Foi realizada audiência de instrução para oitiva de testemunha, estando em curso prazo para apresentar alegações finais.	55.226	-
Total de processos de natureza cível	55.226	-

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	15.446	20.098
Contas a receber - FIDC	244.899	135.222
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	7.078	17.129
	267.424	172.450
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.516	2.336
	1.516	2.336

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora final Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Política contábil sobre Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

WELLINGTON GOMES LUCAS

Diretor Presidente

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora Administrativa

ROBSON HONORATO

CONTADOR

CRC-RJ 086473/O-7